

MOVIMENTOS CAMPONESES E “MARGINALIDADE ECOLÓGICA” NA AMÉRICA LATINA

Sheila Maria Doula (*)

Os anos 90, particularmente o período de comemoração dos 500 anos de descoberta da América, representaram um momento marcante de reestruturação dos movimentos sociais da América Latina. Muitos deles se conectaram em redes para denunciar e protestar contra os resultados negativos do processo histórico de colonização, criar projetos alternativos para a crise econômica e também para criticar os efeitos da mundialização da economia e do modelo neoliberal.

Especialmente para os camponeses latino-americanos muitos desafios então se colocavam no que diz respeito à sua re-elaboração identitária e sua recomposição enquanto atores coletivos. A crise de legitimidade sindical desencadeada gradativamente nos anos anteriores fez com que as lutas camponesas, particularmente aquelas centralizadas pela bandeira da reforma agrária, perdessem a centralidade que ocuparam durante décadas. Além disso, as mudanças provocadas no mundo rural, principalmente a partir dos anos 60 com a Revolução Verde e posteriormente, com a sucessiva retração do Estado, alteraram não só as reivindicações camponesas, que se tornaram mais heterogêneas, mas também provocaram a diversificação dos interlocutores frente aos quais os camponeses teriam que se posicionar. As modificações tecnológicas introduzidas também nesse período alteraram antigas referências de comportamento, diversificando as lógicas de sobrevivência, e inseriram

(*) *Doctora en Antropología Social, Universidad de São Paulo. Profesora del Departamento de Economía Rural de la Universidad Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.*

no meio rural uma pluriatividade que exigiu que novas competências se somassem ao ofício tradicional de agricultor. Esse novo leque de atividades, por sua vez, originou o aparecimento de outras diferentes formas de organização e representação política, fazendo com que os camponeses se filiassem ao mesmo tempo em várias delas. Isso indicava claramente que novos canais de exercício de cidadania estavam sendo procurados e, principalmente, que o leque de elementos identitários havia se diversificado. (DEL POZO; 1998).

Ainda nos anos 90, além dessas recomposições internas, os movimentos camponeses latino-americanos sofreram forte influência das organizações indígenas que procuravam fazer da valorização da cultura o elemento por excelência da afirmação identitária (DEL POZO; 1998 e CONTRERAS; 1988):

“Al desarrollar la idea de buscar nuevas pistas para el futuro partiendo de sus raíces, valorizando la riqueza de la cultura, insistiendo siempre sobre la relación y el equilibrio entre el hombre, la tierra y el medio ambiente- entendido tanto como medio de producción que como lugar de reproducción social, económica y cultural, es decir como territorio -, las organizaciones indígenas han llenado el vacío ideológico de las antiguas organizaciones campesinas. La apropiación de estas ideas de fondo no se traduce solamente en sus nuevos discursos sino también en la práctica. Golpeados ideológicamente por la incapacidad de las experiencias socialistas para hacer que los sueños se conviertan en realidad y por la violencia de las transformaciones socioeconómicas, las organizaciones campesinas surgidas en la lucha por la reforma agraria en los años sesenta, han perdido su legitimidad porque ellas ya no representan más la heterogeneidad de las demandas que la realidad cotidiana de los campesinos y de los pobladores rurales manifiesta actualmente. Los encuentros nacionales entre campesinos y/o indígenas han permitido reflexionar sobre un enfoque global del tratamiento de la problemática agrícola, rural e indígena. La cultura se convierte en un zócalo articulador que sirve de base a la construcción de una visión más territorializada del desarrollo económico y social.” (DEL POZO; 1998:122-3).

Tanto para os camponeses como para os indígenas, o tema da cultura significava reatualizar a discussão sobre a posse do território, a valorização do conhecimento local e a retomada da tradição como referência, não para cristalizar o passado, mas como elemento para se construir novas formas de vida e produção que, ao mesmo tempo, significassem uma luta contra a exclusão histórica, mas também uma forma de inclusão na modernidade a partir do respeito em relação às particularidades culturais locais. (DEL POZO, op. cit.)

Dada a confluência de muitas de suas reivindicações, houve, nos anos 90, a configuração de uma rede de diferentes movimentos sociais (indígenas, camponeses, mulheres, negros) que se aglutinaram em torno da *Campaña Continental 500 años de Resistencia Indígena y Popular*, que tinha como objetivo contestar os discursos oficiais produzidos em face da celebração da descoberta da América. O eixo central da

campanha foi justamente o tema da cultura, discutida a partir da ótica da identidade e da diversidade. Ao contrário da visão oficial, para os integrantes da Campaña o significado da americanidade exigia o reconhecimento da pluralidade, ou seja, assumia-se que a identidade latino-americana *“se había construído con base en la diversidad étnica y cultural y en el proceso histórico de su formación, la opresión (real y simbólica) es lo que habría proporcionado el sentimiento de igualdad y de identidad a los distintos segmentos sociales hasta entonces marginados”*. (DOULA; 2000:366).

A partir dos encontros dessa campanha, as organizações camponesas decidiram criar a CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo), definida então como uma entidade superior de organização e de articulação continental. A análise dos boletins e outros documentos da Cloc nos permite perceber a preocupação da entidade no que se refere à construção da identidade camponesa latino-americana. Em primeiro lugar nota-se que no plano do discurso tenta-se estabelecer uma categoria ampla, através do uso de termos como “povo”, “gente”, “excluídos”, e de elementos simbólicos comuns a outros grupos sociais, o que permite a mútua identificação e facilita a formação de redes sociais. Em segundo lugar, tenta-se sublinhar as características supra-nacionais dos camponeses, exaltando-se, mesmo que através de estereótipos, as similitudes que conferem ao camponês uma identidade particular, construída através de séculos, por certos atributos como a relação equilibrada com o meio ambiente, a importância da comunidade e da família, a distribuição justa, a fraternidade e o respeito, a religiosidade etc. (DOULA: 2000).

Embora esses atributos pareçam insistir em cristalizar uma imagem desgastada de camponês, a leitura mais atenta dos documentos veiculados pela CLOC permite identificar uma preocupação intelectual no sentido de os próprios camponeses sintetizarem e entenderem o processo histórico mais recente desencadeado no meio rural. Todas as externalidades negativas dos processos de intervenção modernizante no campo são alvo de críticas, ao mesmo tempo em que são entendidas como fatores que exigem e condicionam novas formas de pensar e agir. Exemplo disso é a forma como a CLOC aborda os resultados da Revolução Verde.

Em artigo anterior, publicado nesta mesma revista, analisamos como a recente reivindicação de valorização do conhecimento local por parte dos camponeses questiona a opacidade do olhar do Estado e da Ciência e suas intervenções no meio rural. Seguindo as formulações do antropólogo James C. Scott, mostramos que tanto o Estado como a Ciência dispõem de mecanismos de intervenção e reconstrução artificial do mundo natural e social, a partir de um modelo de leitura esquemático e globalizante. *“Pode-se dizer que nesse tipo de visão há um alto grau de realidade que se torna excedente, que é ocultada ou que fica fora de foco. Essa ocultação (...) torna-se alvo de críticas, resistências ou mesmo repúdio por parte dos movimentos sociais.* (DOULA; 2001:350).

A Revolução Verde pode ser entendida, nos termos de Scott, como um exemplo

claro de intervenção orientada por uma engenharia social geométrica e *clean*, que tem como base um tipo de conhecimento que opera por tipificações homogeneizantes. Dados os limites da própria forma cognitiva desse tipo de visão, complexas cadeias de processos sociais e naturais são silenciadas, tornando os efeitos da intervenção imprevisíveis, negativos ou desastrosos (SCOTT; 1996).

Particularmente nos últimos anos, a Revolução Verde tem sido duramente criticada pela uniformidade privilegiada de alguns cultivos; pelo uso intensivo de máquinas e fertilizantes; por não resolver os problemas de complexidade e heterogeneidade que caracterizam a estrutura dos solos e a variedade de climas; pela perda da complexidade genética de variedades tradicionais e silvestres. Aliada à perda da biodiversidade natural, critica-se também a perda da diversidade cultural dos agricultores, cujo conhecimento e práticas deixaram de ser demandadas. Ressalte-se ainda que os próprios agricultores foram muitas vezes incluídos nessas críticas e identificados como agentes responsáveis pela degradação ambiental.

Tentando responder a essas críticas, a CLOC tem insistido na valorização do conhecimento local, em particular da sabedoria adquirida através da experiência prática que os camponeses possuem no trato com o meio ambiente. Por isso mesmo a entidade enfatiza a riqueza desse conhecimento, na medida em que, além de ser um forte componente da identidade cultural, ele representa também um rico mosaico de adaptações locais bem sucedidas (DOULA; 2001).

O presente artigo tem como objetivo mostrar que os documentos da CLOC têm servido também de veículo de denúncia das externalidades negativas advindas de um controle extralocal do uso de recursos naturais do meio rural. Podemos entender essas denúncias como forma de os camponeses se posicionarem contra a “marginalidade ecológica” a que vêm sendo submetidos nas últimas décadas, como resultado do processo modernizante construído externamente. As denúncias são feitas pelas várias organizações nacionais que integram a CLOC, o que nos permite ter um panorama geral dos impactos das intervenções externas no meio ambiente, na esfera sócio-econômica e também na saúde da população rural latino-americana.

MARGINALIDADE ECOLÓGICA

Para essa parte da análise utilizarei o conceito de “marginalidade ecológica” como definido por Kousis (1998). Essa autora chama a atenção principalmente para o fato de que a marginalização ecológica reflete a íntima relação entre ações sociais globais e locais, tendo inevitáveis repercussões sobre o desenvolvimento sustentável e também para a democracia.

Kousis argumenta que a globalização econômica fez aumentar a vulnerabilidade das regiões rurais periféricas e dos grupos sociais economicamente dependentes, dada a ausência de proteção contra os impactos negativos do capital extralocal. O

aparato institucional do competitivo mundo econômico produziu uma demanda continuada da utilização do meio ambiente, acompanhada de uma maior capitalização da produção. Hoje, os agressores ambientais mais efetivos e intensivos estão sob a forma de organizações globais, que ampliam a competitividade e a lucratividade através da externalização dos custos ambientais. Assim, os problemas ambientais globais e locais são consequência de interações entre influentes grupos de donos de capital e tecnologia das sociedades industriais, e forças sociais onde esse capital tem sido aplicado. Esses fortes grupos sociais estão organizados para possuir pleno uso e controle dos recursos naturais, na medida em que dispõem de vários mecanismos para influenciar o Estado que tem papel importante na regulamentação do acesso aos ecossistemas (KOUSIS; 1998: 87).

A marginalização ecológica deriva de transformações dos ecossistemas de modo a alterar sua integridade funcional através da modificação de suas funções de *produção* e *decomposição*. A primeira é modificada quando um ecossistema se torna objeto de uma exploração quantitativa e quando há sobre-exploração, enquanto a decomposição é afetada pelo uso de ecossistemas locais como receptores de vários tipos de dejetos que contaminam a terra, a água e o ar. Como consequência disso, diversos grupos sociais locais podem perder sua base de recursos naturais, serem privados do acesso aos ecossistemas e, finalmente, serem expostos aos riscos ambientais. Diante disso, os grupos sociais prejudicados podem seguir duas alternativas: podem se mobilizar para proteger sua base ecológica ou podem continuar arcando com os prejuízos sem sinais visíveis de litígio (Op. Cit.: 86).

O controle extralocal sobre o uso dos recursos naturais pode se manifestar em várias frentes de intervenção: a instalação de complexos agro-pecuários de larga escala é o mais notório, mas podemos ainda mencionar o processo de industrialização e urbanização do campo, a mineração, a abertura de estradas, a construção de hidrelétricas ou aeroportos, a atuação de madeireiras, etc.

A MARGINALIZAÇÃO ECOLÓGICA NAS DENÚNCIAS DA CLOC

A CLOC é um veículo de denúncias dos impactos locais produzidos pelo atual modelo econômico na América Latina. Nos documentos, boletins e atas de congressos, as várias entidades nacionais que compõem a CLOC encontram espaço para o testemunho e avaliação de situações locais, o que nos permite perceber algumas similaridades. Cada entidade constrói e publica seu próprio texto e pode ocupar maior espaço nos boletins conforme a gravidade e a intensidade da denúncia.

Em primeiro lugar, nota-se um padrão nessas denúncias na medida em que elas se referem a atores identificados com o modelo de crescimento econômico e podem aparecer de forma difusa ou individualizada: governos locais (responsáveis pela política de desenvolvimento rural, política de reforma agrária, modelo agro-exportador, etc.); as empresas transnacionais de forma genérica ou especificada;

pessoas (principalmente ministros de Estado e outros representantes do governo); agências ou pactos internacionais (Banco Mundial, Acordo de Livre Comércio das Américas, Organização Mundial do Comércio, especialmente seus acordos agrícolas) e, finalmente, modelos tecnológicos passados e presentes (Revolução Verde e Biotecnologia).

Dentre os impactos sócio-econômicos mais destacados pelas denúncias estão a desestruturação dos modos de vida, os reassentamentos forçados, a exploração econômica e a pauperização, a perda de autonomia, e a imigração. Já os impactos ambientais denunciados, além de estarem referidos aos próprios danos causados ao solo, à água e ao ar, aglutinam também a questão da saúde (de produtores e consumidores) e da soberania alimentar.

Para efeito de demonstração, não serão tratadas aqui as denúncias de caráter genérico relativas ao meio ambiente, na medida em que elas integram a pauta obrigatória de todas as entidades formadoras da CLOC. Em textos assinados pela própria CLOC, há uma identificação dos problemas ambientais que são comuns a toda a América Latina. Assim, há um consenso em denunciar 1) as empresas multinacionais de alimentos por seus impactos ecológicos e econômico-sociais; 2) o desenvolvimento da biotecnologia que, na visão da entidade, prescindiria do próprio agricultor; 3) o uso de transgênicos que afetam a biodiversidade e comprometem a qualidade dos alimentos e 4) os problemas ambientais que afetam a segurança alimentar e causam a fome principalmente na Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e República Dominicana. Finalmente – e utilizando-nos dos argumentos de Kousis – detecta-se nos documentos veiculados pela CLOC, a preocupação reiterada de demonstrar que as alterações da integridade funcional de ecossistemas locais são produto de um controle extralocal abusivo.

Além desses problemas comuns, há principalmente as denúncias de caráter localizado, que nos permitem avaliar melhor os impactos locais e também a diversidade de forças e atores sociais contra os quais os camponeses se posicionam atualmente.

O Chile, por exemplo, é responsável dentro da CLOC pela comissão encarregada de analisar o uso de agrotóxicos e a segurança alimentar em toda a América Latina. Assim, além de denunciar o fato de nesse país a fruticultura, a floricultura e a silvicultura serem atividades dominadas pelas empresas transnacionais, denuncia-se, em vários documentos, o uso indiscriminado de praguicidas por parte dessas empresas, o que compromete a saúde *“de los habitantes del médio rural, principalmente los campesinos y otros grupos empobrecidos, debido a que son estos habitantes rurales los que consumen águas no potables, especialmente de canales de regadío y de represas, donde se depositan los resíduos, producto de las aplicaciones a los cultivos, del lavado de equipos de asperjación, o de restos que son vertidos para su eliminación. (...) De igual modo estos grupos humanos rurales, reciben diferentes dosis de plaguicidas en sus lugares de residencia por la*

deriva de los plaguicidas, producto de las aplicaciones en empresas aledañas o con equipos de gran potencia, con lo que se contaminan los suelos, las casas, las pertenencias, los huertos y los animales domésticos. Los efectos directos de estas acciones afectan principalmente a las mujeres y a los niños que permanecen mayores períodos de tiempo en estos lugares”. (Boletín 37, 1996). A Confederación Nacional El Surco denuncia ainda em vários documentos que as mulheres trabalhadoras rurais temporárias dessas empresas são mais prejudicadas, na medida em que têm maior contato com os praguicidas durante o manuseio de frutas e flores destinadas à exportação.

Representando os camponeses do Equador, a FENOC-I, Federación Nacional de Organizaciones Campesino-indígenas, se posiciona contra a Lei de Desenvolvimento Agrário por seus parâmetros modernizantes, que implicaria o aproveitamento da água sob uma lógica privada e empresarial, e denuncia também que os trabalhadores rurais equatorianos são os mais atingidos pela utilização indiscriminada de pesticidas, muitos deles já proibidos em outros países (Boletín 28, 1994). A entidade faz principalmente várias denúncias contra as empresas Texaco e Maxus pelos danos ao meio ambiente e à saúde dos habitantes da Amazônia equatoriana (Boletín 30, 1995). Em 1994 a própria CLOC proporia em seu I Congresso “*declarar a Texaco como atentatoria del medio ambiente en América*” (I Congreso, pg. 15). Cinco anos mais tarde, em 1999, várias entidades equatorianas voltariam a formalizar denúncias contra a lei de águas e mineração: “*Con la ley de aguas se busca su privatización a nombre de la eficiencia y aprovechamiento del recurso basada en la utilización de las llamadas tecnologías de punta, ajenas a nuestra realidad, a nuestros ecosistemas y culturas*”. Critica-se a implementação da mineração em larga escala porque ela responde às políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Do Paraguai, a Federación Nacional Campesina Del Paraguay reitera que as empresas transnacionais ingressaram no campo e hoje dominam o cultivo extensivo de algodão e soja. No Primer Encuentro Indígena de la Cuenca del Rio Paraguay, as entidades presentes denunciaram os efeitos para os povos indígenas e camponeses da construção da hidrovía Paraguai-Paraná. O projeto beneficia grupos restritos de grandes empresários que lucrarão com a exportação e transporte de grãos, carne e minerais. Segundo a denúncia, as economias locais dos povos indígenas, pescadores artesanais e populações ribeirinhas serão prejudicadas. Os territórios desses grupos sofrerão pressões devido à especulação sobre o valor da terra. Critica-se principalmente a falta de informação e transparência do projeto (Boletín 32, 1995).

AASOCODE, Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericanas para la Coperación y el Desarrollo, da Nicarágua, denuncia que o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais outorgou uma concessão florestal de 62.000 hectares de bosque à empresa coreana Solcarsa (Sol Del Caribe S.A.). As comunidades afetadas pelo empreendimento fizeram várias apelações alegando que as atividades da empresa, além de violarem os direitos territoriais consagrados na Constituição, provocam os seguintes danos: “*apertura de anchas trochas de más de 40 kilómetros de profundidad sobre*

la montaña, tumba de decenas de miles de árboles, amplios patios instalados en terrenos comunales, introducción de tecnología de explotación intensiva, mal trato a sus empleados, incumplimiento de compromisos con las comunidades, etc.” (Boletín 39, 1997).

Da Bolívia, a Confederação Sindical Unitária de Trabalhadores Del Campo de Bolívia (CSUTCB) denuncia que dois agrônomos norte-americanos receberam a patente, com direito de propriedade intelectual e industrial, da variedade híbrida da quinua Apelawa. *“Los propietarios de la patente solamente piensan en los beneficios económicos que les proporcionará el control del mercado y la producción de la Quinua. Ellos jamás tomarán en cuenta los graves daños económicos que causará a miles de familias de agricultores bolivianos y otros países andinos que viven de la producción del grano” (Boletín 41, 1997).*

Já a CCP (Confederação Campesina Del Peru) vem marcando espaço nos documentos da CLOC por sua campanha a favor dos plantadores de coca, particularmente os indígenas que comumente são considerados como narcotraficantes pela propaganda norte-americana. *“En el distrito de Uchiza, los productores cocaleros se vienen enfrentando al ejército desde hace varios días, defendiéndose contra la erradicación forzosa de la hoja de coca, y las fumigaciones que no solo matan la hoja de coca, sino todos los otros cultivos de la zona” (Boletín 53, 1999).*

Destacam-se também os textos do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), entidade que denuncia a construção de 494 hidrelétricas no Brasil até o ano de 2015, o que acarretará a expulsão de 250.000 famílias: *“En el campo, los efectos sobre los indígenas son más serios porque con ellos no es posible hacer la relocalización, porque tienen una vida en armonía con su medio ambiente, con los ríos, con las plantas, con los animales, y automáticamente toda construcción afecta a su proceso organizativo y acaba haciendo que esta población se extermine, o pierda sus valores y su cultura.”* A entidade critica o Banco Mundial, que financia essas obras (Boletín 50, 1998). Também representando o Brasil, o MST (Movimento dos Sem Terra) afirma que o modelo de desenvolvimento adotado na produção agrícola brasileira é cópia dos países capitalistas centrais e responde unicamente à lógica de insumos industriais produzidos por empresas multinacionais: *“Ese modelo representa hoy un enorme problema que compromete el potencial de producción, la eficiencia y la calidad de los productos, así como la disponibilidad de los recursos naturales para las generaciones futuras. Tal concepción de desarrollo agrícola, basada en ese paquete tecnológico, ya ocasionó enormes perjuicios sociales y al medio ambiente: contaminación de aguas, deforestación, destrucción de la flora y fauna, degradación de los suelos y uso depredador de todos los recursos naturales disponibles”*. (Boletín 33, 1995).

Para finalizar, vale destacar ainda as denúncias da CAI (Consejo Asesor Indígena de Argentina) em relação à lei de abertura da exploração mineradora no país: *“Con la nueva ley de inversiones mineras, en Argentina está abierta la puerta para la incursión de las empresas en toda la nación, y en especial en las tierras indígenas. Si se descubre minerales en estas zonas, y se ve que es rentable la explotación, las empresas pueden entrar a destruir vegetación, a construir vías y contaminar el agua y el aire, poniendo en ejecución programas*

que casi nunca benefician a la población. Por ello (...) se requiere un nuevo tipo de exploración minera, una especie de explotación doméstica que capacite y dé trabajo a la población, y sobre todo respete el medio ambiente”. (Boletín 41, 1997).

Os exemplos destacados acima evidenciam claramente a pluralidade de intervenções desencadeadas no meio rural e suas diferentes externalidades negativas no plano social, econômico, cultural e, principalmente, ambiental. Seja através da atuação de empresas transnacionais, seja pela atuação do próprio governo local através da promulgação de leis desfavoráveis, torna-se visível o fato de os camponeses se sentirem lesados e marginalizados por essas atuações, na medida em que suas aspirações não são consideradas nas decisões extralocais. As denúncias ressaltam que as populações locais não são beneficiadas pelos projetos de desenvolvimento: ao contrário, cabe a elas conviver diretamente tanto com os prejuízos e déficit causados pela superexploração dos recursos naturais, como com os riscos e contaminações a partir de dejetos que os ecossistemas não conseguem decompor.

AÇÕES E RESPOSTAS

Maria Kousis destaca que as respostas à marginalização ecológica podem variar às vezes num mesmo grupo social, indo da passividade ao ativismo. Assim, embora sempre penetrante em seus impactos, a marginalização ecológica, por si só, não produz sempre uma oposição local, ela apenas cria pré-condições necessárias para algum tipo de ativismo ambientalista. Para que isso se concretize, a reação deve incluir estruturas de oportunidades econômicas e políticas, recursos organizacionais e *frames* ideológicos para o problema. É a combinação desses fatores que tem levado a intensas mobilizações de classe, gênero e etnia em todo o mundo.

Durante os últimos anos, pensando-se especificamente na América Latina, movimentos camponeses como os de El Salvador, Brasil, Peru e México têm resistido ao modelo de crescimento econômico, dada a perversidade da relação custo-benefício. As formas de resistência desses movimentos variam amplamente, indo da manifestação mais pacífica, como a luta em tribunais, ao uso da violência, como por exemplo, a interrupção das estradas na Argentina ou a invasão de terras no Brasil, ações essas que sempre vêm acompanhadas de forte repressão policial.

A análise dos documentos da CLOC permite que se construa um quadro com as principais ações desenvolvidas pelas organizações integrantes da entidade, particularmente aquelas que se referem aos problemas ambientais de forma mais direta:

Brasil: Desde 1994 várias organizações de trabalhadores rurais vêm promovendo o “Grito da Terra Brasil”, que tem exigido, além da reforma agrária no país, uma política de preservação ambiental com a aplicação efetiva da Lei de Agrotóxicos e a aprovação da Lei de Patentes de Sementes. Exige-se também uma modificação da

política energética que provoque menos impacto ambiental e evite deslocamentos forçados de populações. A esse respeito vale destacar que o país foi sede em 1997 do I Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens, onde foi formulada a Carta de Curitiba, que denuncia os impactos sócio-ambientais causados pelas usinas hidrelétricas. O Brasil vem sendo palco ainda de várias marchas promovidas pelo MST (Movimento dos Sem Terra) contra o neoliberalismo. Em 1999 o país passou a coordenar o “Grito Latinoamericano por la Tierra y por la Vida”.

Argentina: Em 1996, 35 organizações camponesas latino-americanas se reuniram na “Convención de la Biodiversidad”, que teve como objetivo buscar formas de ações em comum para a proteção da biodiversidade natural e dos direitos e conhecimentos das comunidades locais. A partir de 1997 verifica-se também uma campanha por um mercado “cara a cara” visando promover a venda direta de produtos agrícolas sem agrotóxicos.

Chile: A partir de 1999 o país tem se destacado por promover encontros e seminários internacionais em torno da campanha “Control ciudadano para la fiscalización y reducción del uso de plaguicidas en América Latina”. Essa campanha critica a falta de vontade política dos governos latino-americanos para vigiar e fazer cumprir as normas que regulamentam o uso de agrotóxicos e também pede a moratória na investigação e liberação de produtos transgênicos.

Equador: Em 1994 houve uma grande manifestação conhecida como “Levantamiento por la vida”, contra a lei de desenvolvimento rural. Houve o fechamento de estradas, provocando o desabastecimento do mercado. As entidades promotoras da ação rejeitaram a lei por ela representar um *apartheid* contra a população indígena e seus direitos territoriais. Em 1999, outra grande mobilização nacional com fechamento de estradas e pontes exigia do governo federal a reconstrução das comunidades afetadas pelo El Niño.

Bolívia: Em setembro de 1994 inicia-se no país uma série de ações conhecidas como “Marcha por la vida, la coca y la dignidad”. Visam denunciar a intervenção armada, com o apoio norte-americano, que se volta contra as populações produtoras de coca e suas organizações.

Nicarágua: Entre 1994 e 1995 se desenvolve uma batalha judicial entre entidades camponesas e a empresa coreana Solcarsa. Em 1999 há um grande fórum nacional com o objetivo de exigir a criação de um corredor indígena, camponês e afro-americano de acesso, uso e manejo dos recursos naturais na América Central.

Guatemala: Em 1994 as entidades camponesas forçam o governo a aceitar um acordo para o reassentamento de populações refugiadas, retornadas ou deslocadas por projetos de desenvolvimento. Exige-se o livre acesso dessas populações aos recursos naturais locais.

Esse quadro, que não pretende ser exaustivo, mostra que nos anos 90 os problemas ambientais têm sido avaliados pelos movimentos camponeses, integrando cada vez mais a pauta de reivindicações e negociações. Não incluímos nesta lista de exemplos os vários congressos e encontros locais ou regionais nos quais a questão ambiental ocupou espaço; e não incluímos também outros tipos de protestos mais amplos, como aqueles que se destinam a criticar as políticas de ajuste econômico verificadas nos países latino-americanos na última década e que, direta ou indiretamente afetam a gestão ambiental. O quadro pretende mostrar apenas que as ações estão disseminadas em vários países e que a CLOC, enquanto uma rede de movimentos sociais, aglutina e divulga essas ações, até mesmo como forma de incentivar um consenso em torno das questões ambientais.

A partir desse consenso a CLOC elabora uma visão crítica e mais territorializada sobre as externalidades produzidas pelas políticas de desenvolvimento rural, ao mesmo tempo em que relaciona, de forma muito íntima, o meio ambiente com a valorização da cultura local. Em quase todas as denúncias e ações essa ligação transparece, mostrando que as perdas para os camponeses se dão de forma mais ampla e interligada. Com esse consenso a CLOC também pretende quebrar o silenciamento, alertando sobre os efeitos desastrosos da engenharia social construída por uma ótica homogeneizante. O teor das denúncias evidencia que a CLOC identifica nessa engenharia social três frentes de intervenção autoritária - Estado, mercado e Ciência – e todas elas produzem, a partir de seus interesses, formas de marginalidade.

Para as populações dependentes de seus ecossistemas locais, os efeitos da marginalização ecológica são cruciais, pois dizem respeito à sustentabilidade do próprio grupo social. O problema mais notório é o da desorganização sócio-cultural que se desencadeia a partir da expropriação dos recursos locais. Por isso mesmo as reivindicações da CLOC pretendem mostrar o grande hiato que há entre uma intervenção extralocal que pretende ser setorizada e pontual, e seus reais efeitos no campo, onde afetam uma pluralidade de esferas que não foram levadas em consideração.

As diferentes formas de atuação da CLOC e suas entidades constitutivas através de congressos, marchas e campanhas, muitas delas já de caráter transnacional, constituem uma forma de luta pacífica contra a marginalidade, mas também a favor de projetos alternativos mais democráticos que promovam a inclusão. A visibilidade pleiteada pela CLOC não descarta o desejo de desenvolvimento; apenas indica que ele deve ser buscado de forma compartilhada e localizada, e com prejuízos bem menores.

BIBLIOGRAFÍA

Del Pozo, Ethel, **Organizaciones campesinas e indígenas en América Latina: mutaciones y recomposiciones hacia el tercer milenio**, Ediciones Trilce, Montevideo, 1998.

Doula, Sheila M., "Redes de movimientos campesinos en la América Latina contemporánea: identidad en la lucha", *Revista Universum*, n. 15. Universidad de Talca, 2000, pp.365-376.

_____, "Meio ambiente e conhecimento local no discurso camponês latino-americano". *Revista Universum*, n. 16. Universidad de Talca, 2001, pp. 349-360.

Kousis, Maria, Ecological Marginalization in Rural Areas: Actors, Impacts, Responses. *Sociologia Ruralis*, vol. 38, n. 1, 1998, pp. 86-108.

Scott, James C., "State simplifications: nature, space, and people" In Shapiro, Ian and Hardin, Russell, **Political order**, New York University Press, New York, 1996.

Documentos:

Boletín Campesino-indígena de Intercambio Informativo. Número 26 (Julio de 1994) a 57 (diciembre de 1999).

I Congreso Latinoamericano de Organizaciones Del Campo. Quito: ALAI, 1994.

II Congreso Latinoamericano de Organizaciones Del Campo. Brasilia, Editora Peres, 1997.